

Políticos terão de uma só vez Cr\$ 25 milhões

Governo pagará reajuste do Plano Bresser cinco anos depois

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Os 18 mil funcionários da Câmara e do Senado e os parlamentares que exerceram mandatos de 1987 a 1991, vão receber a Unidade de Referência de Preços (URP) de 22,6%, devida pelo Plano Bresser desde junho de 1987. Na Câmara, a despesa representa Cr\$ 38 bilhões e no Senado, Cr\$ 26,5 bilhões. O total de Cr\$ 64,5 bilhões é onze vezes superior aos Cr\$ 5,9 bilhões gastos com a convocação extraordinária do Congresso em janeiro e que rejeitou o projeto de aumento das contribuições para a Previdência Social.

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), calcula que cada funcionário vai embolsar, por conta da URP, dois salários e meio a mais. Assim, um servidor que recebe Cr\$ 5 milhões terá mais Cr\$ 12,5 milhões neste Papai Noel pós-Natal. A maior bolada ficará para os parlamentares, hoje com salário de Cr\$ 10,27 milhões. Eles vão receber mais Cr\$ 25 milhões.

Tanto o presidente do Senado, Mauro Benevides, como o da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), terão direito ao adicional, pois cumpriram mandato em 1987. "Estou aguardando um contato com o presidente da Câmara, que está viajando, para tomarmos a decisão", anunciou Benevides. A sentença da Justiça Federal concedendo a URP aos funcionários do Legislativo, em ação impetrada pelo Sindicato dos Servidores, foi dada na terça-feira e os próprios dirigentes da entidade levaram uma cópia ao gabinete do senador. "Assim, a concessão da URP tem que ser examinada", justificou Benevides.

O Poder Legislativo é um dos últimos a pagar a URP - resíduo reivindicado pelos

trabalhadores desde que o Plano Bresser, baixado pelo então ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, congelou preços e salários. No Judiciário, a reposição já foi feita pelo Superior Tribunal Militar (STM), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que os funcionários deviam receber 7,22%. "Mesmo não concedendo os 22,6%, o Supremo Tribunal reconheceu a legitimidade da reivindicação dos servidores, pois deu o reajuste", alegou Benevides.

O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar

do Poder Legislativo, estendeu o benefício a seus servidores em duas parcelas, pagas em novembro e dezembro. Isso fez com que as pressões do Sindicato dos Servidores aumentassem no Congresso. Visitando senador por senador, o Sindicato ganhou a simpatia de Maurício Corrêa (PDT-DF) e Epitácio Cafeteira (PDC-MA). O primeiro subiu à tribuna do Senado para cobrar a URP; o segundo fez pressão sobre a Mesa Diretora. A correção, embora paga com efeito retroativo, não incidirá sobre os salários dos próximos meses, pois os 22,6% não recairão sobre os vencimentos atuais, já reajustados por este valor.

José Paulo Lacerda/AE—19/4/91



Precaução

Benevides, presidente do Senado: "Vou esperar a volta de Ibsen para decidir, então, o que fazer"